

/ PALAVRA DO LEITOR

Transporte urbano

A prefeitura de Porto Alegre anunciou o aumento da tarifa do transporte coletivo e dos táxis da Capital a partir do dia 19 de fevereiro. O novo valor da passagem de ônibus será de R\$ 5,30, um reajuste de R\$ 0,30, o que representa um aumento de 6%, enquanto a bandeirada do táxi passa de R\$ 6,95 para R\$ 7,24 (Jornal do Comércio, edição de 12/02/2026). As frotas de ônibus de Porto Alegre não têm ar-condicionado, e mesmo assim o preço da passagem aumenta. (Raquel Da Silva Castro)



Transporte urbano II

Já retiraram a função de cobrador das linhas de ônibus com o argumento de que seria para baixar o preço da passagem. Só falta retirarem os motoristas. (Adilson Lunardelli Pereira)

Proteção contra cheias

O prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo, acompanhado de outras autoridades, realizou uma vistoria técnica em pontos estratégicos do sistema de proteção contra cheias da Capital (JC, 06/02/2026). Enquanto procuram o “consenso”, nossas casas continuam alagando no bairro Guarujá, na Zona Sul de Porto Alegre. (Cristina Abbud)

Proteção contra cheias II

É uma ladainha sem fim, o governo no Brasil é uma piada, uma lentidão absurda para realizar o que importa. Mas para aprovar aumento de salário, corte de investimentos são rápidos. Nossos políticos todos precisam mudar, o povo precisa mudar, ser mais inteligente, estudar mais, acreditar mais no coletivo. Uma sociedade boa não se constrói pensando em si. (Daniel S. Debastiani)

Colheita da maçã

A abertura da colheita da maçã foi realizada oficialmente no dia 7 de fevereiro em Vacaria, nos Campos de Cima da Serra (JC, 07/02/2026). O plantio da maçã gera empregos e renda, e os produtores nunca reclamam de perdas e do trabalho. (Carlos De Martini)



Na coluna Palavra do Leitor, os textos devem ter, no máximo, 500 caracteres, podendo ser sintetizados. Os artigos, no máximo, 2300 caracteres, com espaço. É necessário indicar no título do e-mail se é “Artigo” ou “Palavra do Leitor”. Os artigos e cartas publicados com assinatura são de responsabilidade dos autores e não traduzem a opinião do jornal. A sua divulgação, dentro da possibilidade do espaço disponível, obedece ao propósito de estimular o debate de interesse da sociedade e o de refletir as diversas tendências.

/ ARTIGOS

15 anos da Ouvidoria da DPE-RS

Rodrigo de Medeiros Silva

A Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE-RS) completa 15 anos em 2026. As ouvidorias externas das defensorias públicas surgiram com a Lei Complementar nº 132/2009, acompanhada de outros mecanismos de fortalecimento da Instituição, que consolidaram sua autonomia funcional e administrativa e sua atuação coletiva, por exemplo.

A Ouvidoria Externa da Defensoria Pública já foi chamada de “fenda no sistema de justiça”, pela pesquisadora Luciana Zaffalon, e de “ombudsman”, mas o certo é que se trata de uma inovação democrática de grande valor. Propicia uma representação, com mandato, que traz um olhar diferenciado em relação a quem compõe a carreira, mas intrinsecamente ligado aos objetivos da Instituição. A pessoa eleita para ocupar o cargo advém de uma lista tripla formada a partir do voto de organizações de direitos humanos com atuação social pertinente.

Nestes 15 anos, a Ouvidoria-Geral da DPE-RS vem sendo um canal de comunicação qualificada de demandas muitas vezes invisibilizadas na estrutura social. Sempre em diálogo com setores que se organizam por direitos e por uma sociedade mais inclusiva e democrática, busca fomentar o encontro de defensoras e defensores públicos com segmentos e demandas que clamam por justiça social.

Ao longo desse período, foram realizadas di-

versas ações e projetos voltados a causas sociais previstas no artigo 6º da Constituição Federal, como educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados.

Nesses 15 anos foram realizados cursos, audiências públicas, rodas de conversa e atendimentos a populações em situação de maior vulnerabilidade, como ocorreu no caso da Pousada Garoa e no atendimento às pessoas atingidas pela enchente de 2024, sempre buscando ouvir e transmitir à Instituição as percepções e demandas relativas aos obstáculos para a construção de uma sociedade justa e solidária, conforme o artigo 3º da Constituição Federal.

O povo gaúcho encontra-se de parabéns, junto com a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul e sua Ouvidoria Externa, por garantir esse meio participativo e democrático em sua composição.

Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE-RS)

A Ouvidoria Externa da DPE vem sendo um canal de comunicação qualificada

Feminicídios no RS expõem falhas

Franciane Bayer

O Rio Grande do Sul vive um momento que exige resposta imediata no enfrentamento à violência contra as mulheres. Os recentes feminicídios escancaram um problema estrutural: a rede de proteção não tem conseguido agir a tempo de salvar vidas. O Relatório da Comissão Externa da Câmara dos Deputados sobre os Feminicídios no

Estado apresenta diagnóstico claro. Aponta falhas na articulação das políticas públicas, na integração entre os órgãos responsáveis e na estrutura disponível para garantir segurança às mulheres em risco.

Integrei a comissão ao lado das demais deputadas federais gaúchas, em trabalho suprapartidário baseado em um consenso essencial: nenhuma divergência ideológica é maior que o direito das mulheres à vida. Ao longo de 2025, realizamos audiências públicas e ouvimos autoridades, especialistas e representantes da rede de proteção para compreender a escada dos casos e propor medidas concretas.

O feriadão de Páscoa tornou-se símbolo da crise: em 11 dias, 13 mulheres foram vítimas de fe-

minicídio no Estado. Em janeiro, novos casos voltaram a chocar a sociedade. O padrão se repete: crimes cometidos, em geral, por companheiros ou ex-companheiros, dentro de casa, deixando filhos órfãos e famílias devastadas.

O relatório aponta desafios centrais: ampliar e interiorizar Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher; fortalecer o monitoramento das medidas protetivas; melhorar a articulação entre segurança pública, Judiciário e rede assistencial; qualificar a gestão e o orçamento das políticas para mulheres; e consolidar coordenação estadual capaz de integrar essas ações.

Entre os instrumentos citados está o Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, que estimula a cooperação entre União, estados e municípios, padroniza protocolos e fortalece casas-abrigo e centros de referência. O Rio Grande do Sul ainda não formalizou adesão. Diante do diagnóstico, integrar-se ao pacto é medida concreta para ampliar a articulação e o acesso a estratégias já estruturadas nacionalmente.

O feminicídio é, em geral, o desfecho de um ciclo de violências e sinais ignorados. Enfrentar essa realidade exige prioridade orçamentária, continuidade administrativa e cooperação entre os entes federativos. Proteger a vida das mulheres gaúchas deve ser compromisso permanente e prioridade absoluta.

Deputada federal (Republicanos)